

# TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

## = CONCEITOS IMPORTANTES =

### BENS

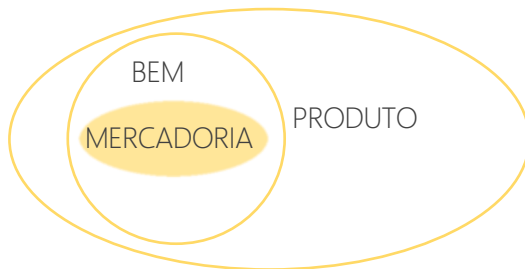
- = coisas com **utilidade econômica**
- + riqueza incorporada ao patrimônio
- + passível de **avaliação pecuniária**

### PRODUTOS

- = coisa ou utilidade **extraída de outra**  
(Conceito mais amplo que o de bem)

### MERCADORIAS

- = coisa que serve como objeto de **operações comerciais**  
(Toda mercadoria é um bem, mas  
nem todo bem é uma mercadoria)
- É todo bem suscetível de um **destino aduaneiro**



### PRODUTOS NACIONAIS

- = Produtos **fabricados no Brasil** ou que sofreram uma **transformação substancial** em território nacional

### PRODUTOS ESTRANGEIROS

- = Produtos **originários do exterior**

### PRODUTOS NACIONALIZADOS

- = Produtos estrangeiros **importados com ânimo de definitividade** (Independentemente de despacho para consumo)

### PRODUTOS DESNACIONALIZADOS

- = Produtos **nacionais ou nacionalizados** exportados com **ânimo de definitividade** (Não ocorre a desnacionalização no caso da exportação temporária)

## FATO GERADOR

- = **Entrada** de **produtos estrangeiros** no território nacional
- Para fins de cálculo, considera-se a **data** do **registro** (= elemento temporal) **declaração** de importação (DUIMP).

### CONSIDERA-SE OCORRIDO O F.G:

- Na data do registro da DUIMP
- No **dia do lançamento** do crédito tributário se:
  - Remessa postal internacional
  - Bagagem
  - Mercadoria extraviada
  - Mercadoria consumida, revendida ou não localizada e não declarada na D.I.
- Na data do **vencimento** do prazo de **permanência** da mercadoria em **recinto alfandegado**
- Na data do **registro** da declaração de **admissão temporária** para utilização econômica

# tributação no comércio exterior = IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO =

## BASE DE CÁLCULO

- Se alíquota **específica** → B.C. = Unidade de medida adotada pela lei
- Se alíquota **Ad Valorem** → B.C. = Preço normal (Valor aduaneiro)
- Produto apreendido ou abandonado em **leilão** → B.C. = Preço da arrematação

## CONTRIBUINTE

- Importador ou equiparado
  - Destinatário de remessa internacional postal
  - Adquirente de mercadoria entrepostada
- Arrematante
- **Responsáveis:** transportador ou depositário

## PAGAMENTO

- Regra geral = **data** do **registro da declaração** de importação
- O ministro da economia pode fixar **outros momentos** (Literalidade: Ministro da Fazenda)

## ALÍQUOTAS

- Podem ser específicas ou *ad valorem*
- São fixadas na **TEC** (Tarifa Externa Comum)
- O II é um imposto **extrafiscal**, suas alíquotas podem ser alteradas sem necessidade de lei

Mas devem observar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil

- A **alíquota** aplicável é aquela vigente **na data** da ocorrência **do fato gerador**

## LANÇAMENTO

- = Por homologação
  - o contribuinte deve antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa

\* Considera-se **estrangeira**, a mercadoria **nacional ou nacionalizada** exportada, que **retorne ao país**. Salvo se:

- enviada em consignação e não vendida no prazo
- devolvida por defeito técnico (para reparo ou substituição)
- houver modificações na sistemática de importações do país importador
- houver guerra/calamidade pública
- por fatores alheios à vontade do exportador

# tributação no comércio exterior

## = IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO =



### HIPÓTESES DE NÃO-OCORRÊNCIA DO F.G.

- A entrada no território aduaneiro de:
  - **pescado** capturado fora das águas territoriais do país, por empresa localizada no **território**
  - mercadoria submetida ao regime de **exportação temporária** (Ainda que descumprido o regime)

### HIPÓTESES DE NÃO-INCIDÊNCIA

- Mercadoria estrangeira:
  - que chegar ao país **por erro** inequívoco ou comprovado **de expedição**, redestinada/ devolvida ao exterior
  - idêntica, que se destine à **reposição** de outra anteriormente importada ( Defeituosa ou imprestável )
  - objeto da **pena de perdimento**
  - **devolvida** ao exterior antes do registro da declaração de importação
  - **destruída** sob controle aduaneiro antes de desembarcada
  - em **trânsito aduaneiro de passagem** acidentalmente destruída
- **Embarcações** construídas no Brasil e transferidas por matriz de empresa brasileira de navegação para **subsidiária** integral no exterior, que **retornem** ao registro brasileiro, como propriedade da mesma **empresa**.

### ISENÇÕES E REDUÇÕES

- Previstas nos **Arts. 114-189 do R/A**.
  - São concedidas por **lei** ou **ato internacional** (O R/A apenas as compila)
- Condições (Regra geral) : somente a mercadorias:
  - sem similar nacional ( Aferida pelo exame de similaridade )
  - transportada em navio de bandeira brasileira (Ou via aérea/rodoviária)
    - Pela autoridade aduaneira
- Concessão/ reconhecimento são **condicionados** à **comprovação** pelo contribuinte da **quitação** de tributos e contribuições federais

#### ! ATENÇÃO!

**CUIDADO** com questões que troquem hipóteses de não-incidência, não-ocorrência do fato gerador, isenção...

# TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR = REGIMES DE TRIBUTAÇÃO =

## REGIME DE TRIBUTAÇÃO SIMPLIFICADA (RTS) ←

- Permite a **classificação genérica** de bens integrantes de **remessa postal internacional** (RPI)
- Aplicam-se **alíquotas diferenciadas** do imposto de importação

+ isenção de

- IPI
- PIS/PASEP- Importação
- COFINS – Importação

- É **regulamentado** pelo Ministério da Economia

↪ Observações importantes:

RP > US\$ 3.000,00 → regime comum de importação

RP < US\$ 50,00 → isenção do imposto de importação

## REGIME DE TRIBUTAÇÃO ESPECIAL (RTE)

- Abrange bens integrantes de **bagagem** ou adquiridos em **lojas francas**, no montante que **exceder o limite global** ao que se aplica a isenção (Que não usufruam de isenção)

Limite de isenção = US\$ 500,00 para bagagem  
US\$ 500,00 para loja franca

- Exige-se somente o **imposto de importação** sob a alíquota de **50%**

## REGIME DE TRIBUTAÇÃO UNIFICADA (RTU)

- Instituído pela Lei **11.898/09**
- **Objetivo:** Racionalizar o comércio por via terrestre na fronteira Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*.

↙ Simplificando a tributação e o controle aduaneiro

↘ para diminuir o fluxo ilícito de mercadorias vindas do Paraguai

- É feito **um pagamento unificado** de:

Imposto de importação

- + IPI
- + PIS/PASEP – Importação
- + COFINS – Importação

- Deve ser observado o **limite máximo** de valor **por habilitado** (Fixado pelo poder executivo)
- Podem ser habilitadas as **microempresas importadoras varejistas** optantes pelo **simples nacional**.

# TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

## = IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO =

### FATO GERADOR

- = **Saída** do território nacional de produtos nacionais ou nacionalizados

A CAMEX relaciona as mercadorias sujeitas ao imposto de exportação

- Para fins de cálculo, considera-se a **data do registro** de exportação no **SISCOMEX**

→ Foi substituído pela **DU-E** (Declaração única de exportação)

### BASE DE CÁLCULO

- Se alíquota **específica** → B.C. = Unidade de medida adotada pela lei
- Se alíquota **ad valorem** → B.C. = preço normal (Venda em livre concorrência)

Se o preço for de **difícil apuração** ou susceptível a oscilações bruscas, a CAMEX:

- Fixará critérios específicos ou
- Estabelecerá pauta de valor mínimo

### ALÍQUOTAS

- Podem ser específicas ou *ad valorem*
- É um imposto **extrafiscal**, suas alíquotas podem ser alteradas pelo **Poder Executivo**, sem necessidade de lei  
(Não se aplica à base de cálculo) (Pela CAMEX)
- **Excepciona** os princípios da **anterioridade e noventena**
- Em regra = 30% (Executivo pode aumentar ou reduzir.)  
Limite = 150%

### LANÇAMENTO

- = por **homologação**

### CONTRIBUINTE

- Exportador ou equiparado
- Qualquer pessoa que promova a saída de mercadorias do território aduaneiro

## ASPECTOS GERAIS

- = Imposto sobre produtos industrializados (P.I.s)
- É predominantemente **extrafiscal**

## REGRAMENTOS CONSTITUCIONAIS

1. Será seletivo  
(Função da essencialidade do produto)
2. Será não-cumulativo  
(STF: não há crédito se a entrada dos insumos for desonerada)
3. Não incidirá sobre produtos destinados ao **exterior**
4. Terá reduzido impacto sobre a aquisição de **bens de capital**

**Súmula STJ 495:** A aquisição de bens do **ativo permanente** da empresa **não** gera direito a **creditamento** de IPI

## LANÇAMENTO

- = por homologação

## CONTRIBUINTE

1. Importador (Ou equiparado)
2. Industrial (Ou equiparado)
3. Comerciante de produtos sujeitos ao imposto que forneça a **1 e 2**
4. Arrematante

## FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO

1. Desembaraço aduaneiro de P.I.s  
 ↳ **BC** = valor aduaneiro  
 + imposto de importação  
 + encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador/ dele exigíveis

O **recolhimento** tributário é feito quando do **registro da declaração** de importação (antes da ocorrência do F.G.), se houver **mudança** no valor a ser pago, cabe **restituição** ou **complementação**

**tributação no comércio exterior**  
= IPI =

2. Saída de P.I.s do estabelecimento industrial (ou equiparado)  
 ↳ **BC** = Valor da operação (Na falta, preço corrente da mercadoria ou similar no mercado atacadista da praça do remetente)
3. Arrematação de P.I. apreendido ou abandonado em leilão  
 ↳ **BC** = Preço da arrematação
  - **Não** ocorre o F.G. o desembaraço aduaneiro de produto **nacional que retorne ao país:**
    - enviado em consignação e não vendida no prazo
    - devolvido por defeito técnico (para reparo ou substituição)
    - houver modificações na sistemática de importações do país importador
    - houver guerra/ calamidade pública
    - por fatores alheios à vontade do exportador
    - ao qual tenha sido aplicado o regime aduaneiro especial de **exportação temporária**

## INCIDÊNCIA

- O IPI incide sobre produtos industrializados **de procedência estrangeira** (na importação)
- Abrange todos os produtos com alíquota ainda, que zero, relacionados na TIPI (tabela de incidência do IPI)
  - ↳ Ficam **excluídos** do campo de incidência os produtos que tiverem **notação N.T.**

STF: é **legítima** a incidência do IPI na importação de **automóveis** por pessoa física para **uso próprio**

- É **legítima** a incidência do IPI na **revenda** de mercadoria importada (Saída do estabelecimento importador)

# tributação no COMÉRCIO EXTERIOR = IPI =

## ALÍQUOTAS

- Podem ser **reduzidas ou majoradas** pelo **poder executivo** (nos limites e condições legais)
  - ↳ Mas **não** pela **CAMEX**
- É **exceção** ao princípio da **anterioridade anual** (nonagesimal, NÃO!)

## HIPÓTESES DE NÃO-INCIDÊNCIA

- Que chegar ao país por **erro** inequívoco ou comprovado **de expedição**, redestinada/ devolvida ao exterior
- Idêntica, que se destine à **reposição** de outra anteriormente importada (Defeituosa ou imprestável)
- **Embarcações** construídas no Brasil e transferidas por matriz de empresa brasileira de navegação para **subsidiária integral** no exterior, que **retornem** ao registro brasileiro, como propriedade da mesma empresa.

## SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO IPI

### ART. 246

- Visa **estimular** a produção nacional de **equipamentos autopropulsados** (Tratores, máquinas e equipamentos agrícolas)
  - ↳ seus componentes, chassis, acessórios, partes e peças serão desembaraçados com suspensão do pagamento do IPI

### ART. 247

Empresas preponderantemente **exportadoras** e empresas fabricantes dos **equipamentos** nele mencionados poderão **importar insumos** com suspensão do pagamento.



## ASPECTOS GERAIS

- CIDE **prevista na CF/88**
- Incide sobre **importação** ou **comercialização** de:
  1. petróleo e seus derivados
  2. gás natural e seus derivados
  3. álcool combustível
- **Pagamento** será feito na data do **registro da declaração** de importação

## ALÍQUOTAS

- Alíquota poderá ser:
  1. Diferenciada por uso ou produto
  2. **reduzidas e restabelecidas** (aumentadas, NÃO!) por ato do Poder Executivo

Alíquota específica → B.C. = Unidade de medida adotada pela lei

## RECURSOS ARRECADADOS

- **Recursos arrecadados** serão destinados a:
  1. pagamento de **subsídios** a:
    - preços ou transporte de {
      - Álcool combustível
      - Gás natural e seus derivados
      - Derivados de petróleo
  2. financiamento de **projetos ambientais** relacionados à indústria de petróleo e gás
  3. Financiamento de programas de **infraestrutura de transporte**

## CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

(CIDE)

Competência da União

Tributo **extrafiscal** que visa intervir na economia

De **arrecadação vinculada** ⇒ direciona os recursos arrecadados a um setor específico

(Ex.: fomentar um setor específico da economia)

## PRODUTOS TRIBUTÁVEIS

- Gasolina e suas correntes
- Diesel e suas correntes
- Querosene de aviação e outros
- Óleos combustíveis
- Gás liquefeito de petróleo
- Álcool etílico combustível

## CONTRIBUINTES

- Importador (Pessoa física ou Jurídica!)
- Nas operação de **comercialização** no mercado interno:
  - Produtor
  - Formulador

O **adquirente** de mercadoria de procedência estrangeira em importação por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora será **responsável solidário** pelo pagamento da CIDE-COMBUSTÍVEL

*tributação no comércio exterior*  
**= CIDE – COMBUSTÍVEIS =**



## ASPECTOS GERAIS

- = Contribuições de **competência da União**

## FATO GERADOR

- = **Entrada** de bens estrangeiros no território aduaneiro
- + **pagamento/** crédito como contraprestação por **serviço** importado

### CONSIDERA-SE OCORRIDO O F.G.:

- Na data do registro da **DUIMP** (Bens submetidos a despacho para consumo)
- No **dia do lançamento** do crédito tributário relativo a bens cujo **extravio** tenha sido verificado
- Na data do **vencimento** do prazo de **permanência** da mercadoria em **recinto alfandegado**

- **Não** incide sobre mercadoria:

- Enviada em consignação e não vendida no prazo
- Devolvida por defeito técnico (para reparo ou substituição)
- Houver modificações na sistemática de importações do país importador
- Houver guerra/ calamidade pública
- Por fatores alheios à vontade do exportador
- Que chegar ao país por erro inequívoco ou comprovado de expedição, redestinada/ devolvida ao exterior
- Idêntica, que se destine à reposição de outra anteriormente importada
- Objeto da pena de perdimento
- Devolvida ao exterior antes do registro da D.I.
- Destruída sob controle aduaneiro antes de desembaraçada
- Em trânsito aduaneiro de passagem acidentalmente destruída
- Submetida ao regime de exportação temporária
- Pescado capturado fora das águas territoriais do país, por empresa localizada no território

# TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

= **PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO**  
= **E COFINS-IMPORTAÇÃO** =



## BASE DO CÁLCULO

- = Valor aduaneiro

→ Lei 12.865/ 2013 + STF:

**Não** inclui tributos em sua B.C.  
(Em consonância com o acordo de valoração aduaneira)

Literalidade do R/A: inclui o ICMS e os próprios PIS/ PASEP-Importação e COFINS-Importação (Revogada)

## CONTRIBUINTE

- Importador ou equiparado

Destinatário de remessa internacional postal  
Adquirente de mercadoria entrepostada

- **Responsáveis solidários:**

- Transportador ou seu representante
- Depositário
- Adquirente de bens estrangeiros, importados por P.J. importadora

# tributação no COMÉRCIO EXTERIOR

= ICMS =



## ICMS NA IMPORTAÇÃO

### FATO GERADOR

Entrada de bem/ mercadoria importados  
( + Serviço prestado no exterior )

Por pessoa física ou jurídica Ainda que não seja contribuinte habitual

- Qualquer que seja sua finalidade
- Cabe ao estado em que estiver situado o domicílio/estabelecimento do **destinatário**

Considera-se ocorrido no momento do desembaraço aduaneiro  
( Súmula vinculante nº 48 do STF: é legítima sua cobrança no desembaraço aduaneiro )



### ASPECTOS GERAIS

- Compete ao **estados** e **DF**.

E pela união em territórios federais

= imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação

### FATO GERADOR

1. Circulação de mercadorias ( Inclusive energia elétrica )
2. Serviço de transporte { **Inter**estadual Intramunicipal ou internacional, NÃO!  
**Inter**municipal
3. Serviço de comunicação **oneroso**

Ainda que as **operações** e **prestações** se iniciem no **exterior**  
(mercadorias) (serviços)

### CONTRIBUINTE

= O **importador**

- pode ser pessoa física ou jurídica
- mesmo sem habitualidade ou intuito comercial
- não importando a finalidade da importação

# TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

= ICMS =

## BASE DE CÁLCULO (na Importação)

= valor da mercadoria ou bem \*

O preço de importação em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela **mesma taxa de câmbio** utilizada para o cálculo do imposto de importação (Sem qualquer acréscimo/devolução posterior)

- + imposto de importação
  - + imposto de produtos industrializados
  - + imposto sobre operações de câmbio
  - + quaisquer outros
  - + "montante do próprio imposto"
- Impostos  
Taxas  
Contribuições  
Despesas aduaneiras

(ICMS)  $BC_{ICMS} = \frac{PREÇO}{1 - ALÍQUOTA}$

- + seguros, juros, descontos **condicionais**

( Os incondicionais,  
NÃO! )

- + frete

( Transporte efetuado pelo remetente ou por  
sua conta e ordem )

- \* O **valor fixado** pela autoridade aduaneira para a B.C. do imposto de importação **substituirá o preço declarado**.

## CONTROLE E RECOLHIMENTO

- Para **retirar as mercadorias** do recinto alfandegado, o importador deve apresentar o **comprovante do recolhimento** do ICMS
- **Controle** de pagamento pela **RFB** é meramente **formal**  
 ↳ apreciação do **mérito** é pelo **fisco estadual**
- Está sendo implementado o módulo "**pagamento centralizado**" no portal único de comércio exterior.  
 ↳ será feito o cálculo + pagamento ou solicitação de sua exoneração

# TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

= AFRMM =



## ASPECTOS GERAIS

- = adicional ao frete para renovação da marinha mercante
- é uma contribuição de intervenção no domínio econômico

## FATO GERADOR

- = início efetivo do **descarregamento** da embarcação em porto brasileiro (Tanto em navegação de longo curso como de cabotagem)

- Incide em frete nacional e internacional

## NÃO INCIDE SOBRE

- Navegação **fluvial e lacustre**
- Frete de mercadorias submetidas à pena de **perdimento**
- Sobre mercadorias que fizerem transbordo ou baldeação em **vários portos**, se já calculada da **origem ao destino**.

## ALÍQUOTAS

(Paga-se apenas uma vez)

- 25%: navegação de **longo curso**
- 10% navegação de **cabotagem**
- 40% navegação **fluvial e lacustre** transportando **granéis líquidos** na **região norte/ nordeste**

## BASE DE CÁLCULO

= frete (Incluídas despesas portuárias com manipulação de cargas e outras pertinentes)



conforme verificado no conhecimento de embarque

## CONTRIBUINTE

(Se não for obrigatório, na declaração do contribuinte)

- = **consignatário** constante do conhecimento de embarque
- O **proprietário** da carga é **solidariamente responsável**

## PAGAMENTO

- **Antes** da autorização da entrega da mercadoria

## TAXA DE UTILIZAÇÃO DO MERCANTE

= Sistema de Controle e Arrecadação da AFRMM

### Não incide sobre:

- Cargas destinadas ao exterior
- Cargas isentas do AFRMM
- Cargas submetidas a pena de perdimento

### Recursos arrecadados:

- São vinculados ao FUNDAF



Fundo especial de desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização

### Pagamento:

- A taxa será de R\$50,00 por conhecimento de embarque
- O poder executivo pode reduzir ou aumentar seu valor (Até R\$50,00) (O executivo reduziu a taxa para R\$ 20,00 por conhecimento de carga)